

Candidatura às Eleições da FPB 2021 – 2024

MANIFESTO ELEITORAL

- Nota Prévia

- Razão de ser desta candidatura
 - Visão e Compromissos

- Os 5 Pilares Programáticos
 - Política Desportiva
 - Regulamentação Desportiva
 - Calendarização das Provas
 - Hierarquia das Provas

 - Alta Competição
 - Princípios e Projecto
 - As diferentes Selecções Nacionais

 - Comunicação e Marketing
 - Estratégia de Divulgação e Activação
 - O mix de meios

 - Formação e Captação

 - Arbitragem

- Política Financeira e Administrativa

- Instalações

- Organigrama

- Composição da Lista candidata

NOTA PRÉVIA

Contexto COVID 19

Como se explica na introdução, este documento que denominámos Manifesto Eleitoral resulta da reflexão de um conjunto de pessoas que ao longo dos anos muito têm dedicado ao Bridge nacional, e que resolveram constituir-se em apoiantes da minha candidatura.

Os encontros para debate das ideias e da estratégia decorreram entre Julho e Dezembro de 2019, bem como a elaboração dos sucessivos drafts que foram sendo feitos, tendo a versão final sido concluída na 1ª semana de Dezembro.

A ideia era (é) ter bem estabelecida a base programática, a visão e os compromissos, e a partir de aí definir com muita clareza os objectivos estratégicos que sustentam a candidatura.

Assente na plataforma assim estabelecida iniciou-se o processo de abordagem às pessoas que gostaríamos de ver incluídas neste desafio.

Estávamos, pois, em pleno processo de debate e recrutamento dos elementos para os diversos órgãos que integram a lista, quando se deu a pandemia.

O que aconteceu nestes meses, entre meados de Março e meados de Setembro, data em que escrevo esta Nota, é do conhecimento de todos: confinamento, redução drástica das actividades económicas, teletrabalho, encerramento quase total de estabelecimentos comerciais, regras de segurança e higiene muito apertadas, convivência e socialização reduzidas a mínimos históricos, suspensão de toda a actividade desportiva ao vivo e presencial, entre muitas outras coisas que alteraram radicalmente o nosso modo de vida.

Creio que ninguém consegue ainda medir os profundos impactos presentes e futuros daquilo porque estamos a passar.

Porém algumas coisas já sabemos e outras podemos antecipar, nomeadamente:

- Para além de sanitária e de saúde pública, a crise é económica e social, é sistémica e global, afecta todos países e regiões do globo, provocando uma profunda recessão que reduz o rendimento das famílias, o emprego e a estabilidade;
- Dependendo dos sectores, vai demorar um mínimo de 2 a 3 anos a recuperar o nível de vida anterior;

- Não é ainda claro quais os ciclos da pandemia, pelo que se antecipam avanços e recuos nas medidas de confinamento / desconfinamento, em particular no período de inverno, com a sobreposição do ciclo habitual da gripe;
- Não é expectável a existência de uma cura a curto-prazo, sendo o cenário mais provável o aparecimento de um retro-viral, e eventualmente de uma vacina, mas em que, dado o nível de procura à escala planetária, não será possível assegurar produção suficiente que cubra as necessidades;
- A pandemia trouxe uma aceleração brutal em relação à digitalização da sociedade, provocando mudanças estruturais na organização do trabalho, nas empresas, nos organismos públicos e nas instituições, na forma de comunicar das pessoas e das organizações, no comércio electrónico e na utilização das plataformas digitais.

Acima de tudo o que trouxe uma grande incerteza a vários níveis, a qual por sua vez gera uma enorme crise de confiança, nomeadamente em retomar de forma plena antigos hábitos e práticas de convívio e socialização, condicionando de forma decisiva o comportamento em sociedade e em grupo.

Contexto post COVID-19

No que ao Bridge concerne, os tempos mais próximos (pelo menos o que resta deste ano e todo o seguinte), serão dominados pela grande questão de como reganhar a confiança dos praticantes e fazer com que voltem a sair e a frequentar os clubes e as competições.

Para tal é importante assegurar que os locais em questão reúnem as condições necessárias de espaço que permitam aplicar os rigorosos requisitos de segurança e higiene requeridos, incluindo os de distanciamento social.

A actual Direcção da FPB tem tido um papel pró-activo nesta matéria, tendo já publicado as **NORMAS E PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA COVID-19 NA PRÁTICA DO BRIDGE** (Circular de Informação nº3 – Junho 2020), documento muito completo, que abrange as actividades de formação e treino.

Posteriormente, com a publicação da Orientação 036/2020 da DGS, o Bridge é classificado com modalidade de baixo risco, pelo que passou também a existir um enquadramento legal que permite a realização de competições desportivas de modalidades individuais, sem contacto, em recintos fechados, num quadro de prevenção da transmissão do vírus e da protecção da saúde dos praticantes e restantes agentes desportivos.

A aplicação e o respeito pelas Normativas são fundamentais se queremos reganhar a confiança dos praticantes, tendo consciência que é um processo lento e gradual, e que o seu sucesso será o resultado de passos pequenos e seguros que irão sendo dados por todos os intervenientes.

Em nossa opinião, nesta fase qualquer falha será potenciada pelas actuais circunstâncias provocando um recuo muito superior ao avanço pretendido. Por exemplo, se no decorrer de uma prova se verificasse a ocorrência de um caso positivo, isto teria um impacto tremendo.

Assim não devemos correr riscos desnecessários e pretender antecipar etapas. Esta abordagem mais prudente coloca a questão do calendário desportivo para o ano de 2021, que desejavelmente será um ano de transição, mas ainda com muitas restrições.

Creio que devemos programar a época com base em:

- calendário restritivo assumindo que o 1º trimestre estará, muito provavelmente, perdido;
- hierarquia das provas definida por critérios de competitividade e ranking, dando primazia às provas de equipas, dado que dão mais garantias em termos de segurança (menos rotações e mudanças, intervalos entre os segmentos para higienização, etc);
- repensar os formatos das provas a efectuar, de modo que as mesmas sejam o mais seguras possível (p.ex. jogar sempre em barómetro as provas de pares, conforme já estabelecido);
- selecção prévia de locais *safe&clean* que garantam as condições necessárias à realização de provas desportivas individuais, sem contacto, em recintos fechados.

Outro tema incontornável é o da utilização das plataformas digitais disponíveis para a realização de provas que venham a integrar os calendários nacional e regionais.

A utilização massiva do BBO durante a quarentena funcionou como um curso acelerado de aprendizagem para muitos praticantes que, dada a sua idade ou anteriores conhecimentos, pouco ou nunca, se tinham aventurado no bridge online.

Pois bem, a adesão maciça verificada a quase todas as horas do dia e da noite, demonstrou que era mais uma questão de percepções do que realmente um problema.

Ceio que estão criadas as condições para o Bridge online fazer definitivamente parte das opções a incluir no *mix* de soluções que devemos adoptar e que, de forma progressiva, permitam reganhar a desejada confiança, e trazer os praticantes à mesa de jogo.

Por fim uma palavra sobre os Campeonatos da Europa que estavam agendados para o Funchal em Junho deste ano, e que devido ao COVID foram adiados para 2021, por decisão da EBL e da FPB.

O local onde a prova se realiza será à mesma no Funchal, numa organização conjunta EBL, FPB e Associação de Bridge da Madeira.

Recordamos que Portugal estará representada pelas equipas Open, Feminina, Mista e Sénior tendo as mesmas sido escolhidas através de Torneios de Selecção.

Dado que o adiamento para 2021 foi determinado por razões absolutamente extraordinárias, entendemos dever manter como válidos os critérios de selecção definidos para 2020 e confirmar as nomeações entretanto feitas para as diferentes representações nacionais, desde que mantenham integralmente a sua composição.

Pedro Salgueiro – candidato à Presidência da FPB

Lisboa, 10 de Setembro de 2020

Razão de Ser desta Candidatura

Visão e Compromissos

Esta candidatura nasce da reflexão de um conjunto de pessoas que ao longo dos anos têm dedicado muito do seu tempo ao bridge nacional, entendendo por isso terem as credenciais necessárias para continuarem a dar o seu contributo ao desporto que nos apaixonou.

Os resultados dessa reflexão constituem os pilares programáticos com que nos apresentamos a sufrágio, e que têm subjacentes uma iniciativa de diálogo com todas as partes interessadas: praticantes, clubes, associações regionais, árbitros e formadores.

Assente na isenção, equidade e transparência, temos como princípio geral a todos envolver de modo a obter o maior consenso possível em prol do bridge nacional, dos seus valores e interesses.

O entendimento partilhado na base do diálogo e da negociação são fundamentais como metodologia de trabalho, mas isso não significa menor firmeza e convicção na hora de aplicar decisões ou regulamentos que resultem deste programa, uma vez sufragado nas urnas.

Entendemos que nos últimos 8 anos foi feito um trabalho meritório pela actual Direcção da FPB, porém não isento de críticas e falhas em alguns aspectos, que iremos aprofundar no nosso programa, nomeadamente na execução do programa da Alta Competição e na área da Comunicação Externa.

Não sendo esta uma candidatura de ruptura com o passado assume, contudo, uma postura de independência face às diferentes estruturas existentes (clubes, regiões, grupos de interesse) mantendo equidistância com todas elas, e tendo como objectivos principais a promoção e divulgação do bridge nacional, interna e externamente, a captação de novos praticantes, a fidelização dos actuais e o desenvolvimento de talentos.

Dada a realidade do nosso país, a visão que temos do Bridge, enquanto actividade amadora para a esmagadora maioria dos seus praticantes, é a de um desporto social por natureza, de espírito não elitista, jogado de forma amigável, com fair-play, mas sem descuidar uma forte vertente desportiva e competitiva.

Entendemos que não há futuro sem este equilíbrio entre o lado social do bridge e os aspectos competitivos resultantes da existência de provas e campeonatos.

A partir desta visão, concorreremos a estas eleições com os seguintes **5 compromissos programáticos**:

1. Desenvolver uma Política Desportiva que:

- seja efectiva em termos dos **Regulamentos das Provas**, procurando melhorar a respectiva competitividade, e em paralelo, contribuam para aumentar o número de participantes, tendo em conta o nível e a duração das mesmas;
- seja realista em termos do **Calendário** com a concentração da época desportiva nacional num período limitado no ano, período esse onde se jogariam as principais provas nacionais, permitindo aos Pares e às Equipas uma melhor programação e performance, ao manterem as suas formações concentradas, activas e de forma seguida;
- seja verdadeira em termos de **hierarquia** das provas, sendo que as de categoria nacional devem sempre prevalecer sobre as de âmbito regional, seja em competitividade, seja em nível e qualidade de jogo. Por isso, as principais provas nacionais devem ser o resultado do apuramento dos campeonatos locais, e ter uma verdadeira dimensão nacional, com representantes apurados de todas as regiões, e em que os formatos se devem adequar à natureza da prova.

2. Alta Competição

Esta é seguramente uma das áreas mais sensíveis em qualquer candidatura e aquela que estará sempre envolta em polémica, qualquer que seja o modelo a adoptar.

No âmbito da FPB entendemos a Alta Competição como a representação oficial de Portugal ao nível de selecções nacionais nos diversos escalões das respectivas provas internacionais.

Tratando-se da representação do País, a participação nacional deve constituir o ponto mais alto da carreira de um desportista, e como tal da sua aspiração enquanto atleta praticante de uma modalidade.

Neste contexto, temos como princípio orientador de que essa participação, uma vez aceite de livre vontade, é um compromisso inegociável pelo período que vier a ser acordado, e apenas revogável por motivos de força maior.

Compromisso significa esforço, estudo, dedicação, disciplina, partilha de valores e de objectivos para uma causa comum, cimentados num espírito de equipa, de apoio e respeito mútuos.

A partir do universo de praticantes que temos actualmente, é nossa opinião que não há uma solução técnica única que sirva de igual forma as diferentes selecções em actividade (Juniões, Open, Feminina, Sénior, Mista).

Não recusando liminarmente o princípio de existência de um Núcleo de Alta Competição, entendemos que o modelo actual tem de ser revisto e ter em consideração a base objectiva de recrutamento de cada escalão (ex: Juniores), o trabalho positivo e consistente já desenvolvido (ex: Selecção Feminina), ou a nova realidade dos Campeonatos de Selecções de Equipas Mistas.

Claramente, esta é uma matéria em que uma mesma metodologia e abordagem não é válida para todas as situações, pelo que temos de ser pragmáticos e tratar cada realidade de uma forma diferenciada, mas dentro dos princípios orientadores já enunciados: compromisso, programa de trabalho plurianual (em função dos ciclos de competição, mas nunca inferiores a 2 anos), orientação para objectivos quantificados.

Dada a sensibilidade da matéria iremos, por maioria de razão, dialogar com todas as partes envolvidas, sem dogmas ou preconceitos.

3. Comunicação e Marketing

Trata-se de um pelouro que ao longo dos sucessivos mandatos, e por diversas razões, tem sido negligenciado.

Um dos nossos objectivos é dar prioridade à **Comunicação e Marketing**, através de uma estratégia de divulgação e actualização das actividades em torno do Bridge nacional (provas, campeonatos, festivais), dos seus praticantes e dos sucessos que vão obtendo interna e externamente.

Neste contexto será também uma ferramenta importante para a captação de novos praticantes, ou a recuperação de antigos.

Pretendemos criar o chamado *efeito Pull*, que visa dar notoriedade ao Bridge através dos media, onde para além da divulgação das provas, teremos como tema, entre outros, o da sua importância social transversal a todas as idades, o seu contributo para o desenvolvimento da inteligência, da memória e da concentração.

Será criado um pelouro específico, com recurso a pessoas credenciadas, sob a dependência directa do Presidente, beneficiando da sua longa experiência profissional.

Igualmente importante é a vertente da comunicação interna, em que pretendemos potenciar o bom trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

O pilar desta abordagem é o site da FPB, em que procuraremos reforçar as melhorias já introduzidas, melhorar as funcionalidades existentes, tornando mais fácil a navegação e o acesso à informação, a qual se pretende sempre disponível e actualizada sobre as decisões dos órgãos sociais, provas, calendário, regulamentos e resultados.

O site continuará a ser a plataforma base para a disponibilização de um conjunto de ferramentas úteis para associações, clubes e praticantes, tais como folhas de convenções, tabelas, módulos de formação, artigos técnicos, e anúncio de provas.

4. Formação e Captação

Trata-se de uma área crucial na medida em que se não formos capazes de formar e captar novos praticantes, não conseguiremos repor o saldo necessário que garanta o futuro da modalidade.

Sendo certo que o grosso da formação e captação recai sob os clubes, compete à Federação criar e validar um sistema base de ensino, que aplique as metodologias correctas de aquisição de conhecimentos, e que seja pedagógica, nomeadamente para os níveis da iniciação e aperfeiçoamento.

De igual modo, compete à FPB certificar as formações que respeitam o método definido, premiando e incentivando os clubes e os formadores que o façam.

Compete também à FPB formar os formadores, a partir de um Programa Nacional que contemple os pontos acima referidos.

Aos clubes que aderirem ao Programa, e que posteriormente sejam capazes de ir fixando os praticantes que formaram, beneficiarão de uma tabela de incentivos baseada no número de provas em que esses praticantes participam, com progressividade em função de se tratar de provas de clubes ou regionais.

5. Arbitragem

Outra área que requer uma abordagem urgente, pese embora o trabalho muito válido desenvolvido pela actual Direcção e pelo Conselho de Arbitragem.

A principal questão prende-se com a falta de árbitros qualificados activos, nomeadamente a nível regional, pelo que se impõe reforçar o Programa de Formação de Árbitros, numa base mais pragmática e menos legalista, com a inclusão do desenvolvimento de novas competências, nomeadamente gestão de softwares de suporte à organização de provas.

Em paralelo reforçar o papel da **Arbitragem** como elemento primordial para a credibilização das provas, do bom desenrolar das mesmas, ajudando a criar um ambiente de competição saudável que não afaste praticantes e que permita reter os novos praticantes.

Finalmente, e sob o ponto de vista das relações institucionais, propomos:

- Cooperar de forma leal e transparente com todas as instituições internas nomeadamente o IPDJ, a Confederação do Desporto de Portugal, o Comitê Olímpico de Portugal, as Câmaras Municipais, as Associações Regionais e todos os clubes e colectividades que se dedicam à prática do Bridge, fomentando o diálogo aberto e construtivo na busca de soluções comuns.
- De igual modo, a nível externo, manter a atitude activa e cooperante com a EBL e com todas as Federações congéneres, potenciando as credenciais que Portugal tem vindo a adquirir como palco para a realização de eventos internacionais de Bridge.

Por forma a garantir o equilíbrio de poderes e a defesa do princípio da autonomia dos órgãos federativos, assumimos o compromisso de continuar a incluir pessoas qualificadas para os respectivos órgãos.

Uma FPB forte só é possível através da concentração dos esforços de todos, sendo esta uma candidatura que materializa essa vontade de unidade e em prol dos interesses do Bridge em Portugal.

OS 5 PILARES PROGRAMÁTICOS

Política Desportiva

Regulamentos

Mantemos o caminho que foi seguido nos últimos 2 mandatos, elaborando Regulamentos claros, bem estruturados e com a preocupação de evitar lacunas que possam depois vir a ser aproveitadas por aqueles que pretendem garantir na secretaria aquilo que não alcançaram à mesa de jogo.

Em relação aos regulamentos vigentes, e relativamente ao Campeonato Nacional de Equipas Open (CNEO), pretendemos manter o princípio de uma revisão anual das quotas, em função do número de equipas participantes nas fases regionais, mantendo-se o total de 20 equipas na fase de apuramento nacional.

Paralelamente, e com o objectivo de garantir que nenhuma equipa participa na fase nacional deste Campeonato sem ter passado por uma competição de selecção, propomos que o apuramento de equipas de AR's que não organizem provas regionais, seja feito através de uma pré-eliminatória que englobe a equipa designada pela AR respectiva e duas outras equipas, sendo uma da ARBL e outra da ARBN, e que tivessem ficado classificadas no 1º lugar dos não apurados na fase regional.

Calendarização das Provas

Em linha com o que tem vindo a ser seguido, o calendário de provas a estabelecer terá as seguintes prioridades:

- Provas internacionais em que Portugal esteja oficialmente envolvido
- Provas nacionais (torneios de selecção, campeonatos nacionais, Grande Prémio de Portugal)
- Provas regionais
- Festivais e outras organizações privadas

Na medida do possível a organização do calendário terá em consideração as particularidades das diferentes AR's e organizações privadas.

Temos como objectivo concentrar as principais provas num período mais limitado de tempo, pelas razões antes aduzidas.

Esta é uma temática que envolve diversas entidades, nomeadamente as AR's, pelo que a sua concretização requer um maior aprofundamento *a posteriori*.

Hierarquia das Provas

Em termos de hierarquia, consideram-se como principais as provas da FPB que tenham origem em apuramentos das respectivas Associações Regionais.

Incluem-se actualmente nesta categoria as seguintes provas:

- Campeonato Nacional de Equipas Open (CNEO)
- Campeonato Nacional de Pares IMP's (CNPIMP's)
- Taça de Portugal

Quanto às restantes provas, é um objectivo desta candidatura criar incentivos para que tenham uma representatividade nacional, procurando que em cada Região haja uma prova de apuramento dos respectivos representantes.

Incluem-se nesta categoria as seguintes provas:

- Campeonato Nacional de Pares Seniores (CNPS)
- Campeonato Nacional de Pares Mistos (CNPM)
- Campeonato Nacional de Equipas Mistas (CNEM)
- Campeonato Nacional de Equipas de Clubes (CNEC's)
- Campeonato Nacional de Equipas de 2'as (CNE2's)

O Campeonato Nacional de Pares Open (CNPO) está fora desta classificação, ao ser Open.

Como medida adicional defendemos que o CNPO seja um verdadeiro campeonato nacional multi-categoria, em que se atribuirá em simultâneo os títulos de Campeão Nacional Absoluto, Campeão Nacional de Pares de 2'as e de Campeão Nacional de Pares de 3'as.

Alta Competição

Introdução

Conforme referido na **Visão e Compromissos**, esta é claramente a área mais sensível e aquela que requer mais abertura de espírito, para encontrar soluções que sejam pragmáticas e adequadas à realidade, mas sem descuidar o rigor e o compromisso.

A criação e a existência de um Núcleo de Alta Competição (NAC) é, em si mesmo, positivo e adequado ao desenvolvimento de qualquer modalidade (profissional ou amadora), que queira competir ao mais alto nível possível.

Por isso somos a favor da existência de uma estrutura técnica com estas características e que vise coordenar os trabalhos de preparação das diferentes selecções nacionais, nos diferentes momentos requeridos pela competição: selecção e recrutamento, treino e respectiva metodologia, participação e assistência nas provas, estudo e análise dos resultados.

Defendemos que o NAC tem 2 vertentes essenciais, a saber:

- o processo de selecção, com base num contrato programa por objectivos com a FPB, com critérios claros e bem estabelecidos, e que pode ser feito por um(a) Seleccionador(a); ou por um Comité de Selecção.
- a parte da competição com resultados aferidos em função dos objectivos previamente definidos e acordados para cada etapa, com total isenção e transparência.

Num breve diagnóstico ao que aconteceu a nível do NAC, nos escalões, onde houve este tipo de estrutura, podemos concluir que:

- no que concerne à Selecção Open não foram cumpridos nenhum dos objectivos propostos, ficando sempre classificada aquém do que é o seu potencial.
- quanto à Selecção Feminina, o trabalho persistente e a disciplina, assentes na figura de um seleccionador com reconhecidas credenciais e autoridade, produziram resultados muito positivos, que devemos procurar manter.
- no que respeita aos Juniores, para além da dificuldade recorrente de recrutamento, assistiu-se a casos de indisciplina com comportamentos pouco abonatórios para a imagem do País, e que consequentemente afectaram os resultados alcançados. Este é claramente o nível mais difícil onde precisamos de um projecto de mais longo prazo, de muito trabalho e rigor num ciclo que terá

forçosamente de ser mais largo que os habituais 2 anos, procurando alargar a base de captação e de formação.

Tendo em conta que não existe um formato único que sirva a curto e médio prazo a realidade presente e futura, temos a seguinte proposta para a denominada Alta Competição, nos diferentes níveis onde é possível (e desejável) ter uma selecção nacional:

- 1. NAC:** ter uma estrutura técnica que faça a gestão e coordenação nos moldes em cima referidos.
- 2. Universo:** para além das 3 selecções já abrangidas por programas de treino (Open, Feminina e Júnior), incluir a nova realidade das Equipas Mistas, assim como os Seniores.

3. Open, Mistos e Seniores

- Realizar uma fase de pré-selecção para cada uma destas categorias, alargada por forma a permitir uma escolha de candidatos suficientemente alicerçada no mérito desportivo. Estes resultados serão válidos por um período de 2 anos, voltando a repetir-se no 3º ano do projecto.
- As provas de selecção são por pares, com o compromisso escrito dos candidatos a manterem as parcerias por um período mínimo de 2 anos, balizados pelo calendário internacional.
- Serão realizadas um mínimo de 6 sessões com vista à pré-selecção de 8 pares em cada uma das categorias. Os 8 pares melhor classificados nas respectivas provas de selecção integram os trabalhos do NAC que terá sessões de treino online com uma periodicidade não superior a 15 dias.
- No final do primeiro ano, os grupos serão reduzidos a 4 pares cada, após análise objectiva dos resultados que forem sendo obtidos nos treinos regulares. Os pares com mais de 3 faltas aos treinos saem obrigatoriamente do projecto, sendo substituídos pelos pares que lhes sucederam na fase de pré-selecção, por ordem de classificação.
- Terminada a fase 2, o seleccionador (ou o CT) designa as selecções, escolhendo 3 dos 4 pares até ao final de Março do 2º ano de projecto.
- De igual modo, são fixados os objectivos a alcançar para as respectivas provas em que cada selecção irá participar nesse ciclo bi-anual.

4. Feminina e Juniores

- A não existência de um universo competitivo alargado que permita uma escolha baseada em critérios objectivos, leva-nos a propor que a nomeação dos pares integrantes destas selecções seja efectuada através de um seleccionador(a).

- Para o efeito teremos de encontrar pessoas com o perfil e com competências reconhecidas para tal, tarefa esta que não se afigura fácil.
- No caso da Feminina podemos considerar uma pré-selecção através de uma prova aberta, em que os pares devem incluir, pelo menos, uma jogadora de 1ª categorias e com um IV nunca inferior a 113.
- Propomos um seleccionador(a) para cada uma das categorias.

Comunicação e Marketing

Como referimos na **Visão e Compromissos**, a área da Comunicação e Marketing será uma das prioridades desta candidatura, e seguramente uma das que irá requerer muita energia e criatividade para aplicar a estratégia definida.

Esta passa, em primeiro lugar, por criar o pelouro sob a dependência directa do Presidente, e convidando para o mesmo alguém com credenciais e conhecimentos profissionais adquiridos.

O objectivo é dar o máximo de visibilidade ao Bridge nacional, às provas nacionais e internacionais, aos feitos dos seus praticantes, aos resultados das selecções nacionais, à importância social e pedagógica do jogo, aos exemplos de pessoas de reconhecida relevância pública e a tudo o que de positivo possa ser utilizada

Para tal, iremos desenvolver uma política activa de informação e divulgação, usando para o efeito os meios próprios existentes (site, Facebook, press releases, newsletters, conteúdos de vídeo, publicidade) e parcerias que vamos estabelecer com os media, criando inclusive a figura de media partners.

Será criada a figura de Embaixadores do Bridge, em que iremos convidar personalidades de reconhecida notoriedade, e que sejam praticantes, a darem o seu testemunho, ou a contarem a sua história da importância que o jogo tem (ou teve) para eles.

Exemplos destas personalidades são Fernando Santos, Artur Santos Silva, António Pedro Vasconcelos, Paulo Branco, Miguel Sousa Tavares, Luísa Beltrão, Eduardo Barroso, etc.

Em segundo lugar iremos potenciar as ferramentas do Marketing no sentido de:

- Trabalhar o marketing directo (*one-to-one approach*) através das ferramentas disponíveis (sms, contacto telefónico, mail list) divulgando e promovendo as actividades da FPB junto dos praticantes

- Com base na mediatização que conseguirmos, desenvolver a parte comercial através de parcerias com empresas e marcas que tenham interesse em se associar ao Bridge, e que permitam ter melhores prémios, ou apoiar actividades de formação, ou patrocinar provas.
- Implica desenvolver o merchandising da Federação, seja da própria marca em diversos suportes, seja de materiais necessários à prática desportiva (carteiras, cartas, pantógrafos, etc)
- Trabalhar uma vertente institucional do marketing junto das diferentes entidades públicas, procurando apoios nomeadamente na área da formação.

Formação e Captação

Outra área prioritária, pelas razões óbvias, em que não há soluções mágicas, mas apenas trabalho e perseverança, procurando corrigir omissões passadas e uso de recursos sem que as contrapartidas estejam asseguradas.

A premissa é que a formação tem de ter bases nacionais, tem que aplicar as metodologias correctas de aquisição de conhecimentos, tem que ser pedagógica, nomeadamente para os níveis da iniciação e aperfeiçoamento, e tem que ser certificada.

Para que a premissa seja válida implica que a Federação seja o owner do processo, competindo-lhe validar os currícula e formar os formadores, a partir de um Programa Nacional que contemple os pontos acima referidos.

Em termos de formação de **Árbitros e Monitores** propomos:

- A formação tem de ser exclusivamente destinada a pessoas com projectos para exercer a respectiva actividade. Não faz sentido continuar a investir em acções de formação sem garantir retorno do investimento. Como tal, estas acções devem ter um custo suficientemente dissuasor para os voyeurs e, em sentido contrário, garantir que os que efectivamente pretendem seguir as respectivas carreiras sejam ressarcidos do investimento.
- Curso de formação de árbitros de clube – 150€/formando. Este valor ficará em carteira e será devolvido ao formando se, durante 2 épocas arbitrar com regularidade num clube e integrar equipas de arbitragem em, pelo menos, 2 provas oficiais em cada ano.

- Curso de monitores – 150€/formando. Valor em carteira que será devolvido ao formando se no espaço de 2 anos garantir retorno à FPB (p.ex. organizar cursos de iniciação ao Bridge que tenham dado origem a X novas filiações)
- Cursos de aperfeiçoamento – Dirigido a árbitros de clube para progressão na carreira. 100€/formando valor em carteira para aqueles que, tendo tido aproveitamento no curso, tenham dirigido nas novas funções, pelo menos, 2 provas oficiais/época.

Em termos de **Captação** deve a FPB garantir a existência de um grupo de monitores com competências específicas para esta área. Implica isto estabelecer protocolos e avenças para colaboradores que cumpram um programa especificamente destinado a este fim.

Neste programa deve constar a abordagem a Escolas Secundárias e Universidades públicas ou privadas, para iniciativas de apresentação do Bridge e criação de núcleos de Bridge nos estabelecimentos de ensino.

Organização de núcleos nas Escolas e Universidades, com a criação de um quadro competitivo próprio para os aderentes com a organização de campeonatos inter-escolar.

Pretendemos que as iniciativas nesta área sejam realizadas nos respectivos estabelecimentos de ensino. É o Bridge que tem de ir às Escolas e não o contrário.

Arbitragem

Neste momento, a escassez de árbitros disponíveis constitui um problema de difícil resolução.

Para grandes males, grandes remédios, pelo que propomos que:

- O Conselho de Arbitragem estabeleça um período curto para a disponibilização voluntária dos árbitros para as suas provas. Na falta de garantia de mão de obra deverá adjudicar as suas provas por avença aos árbitros que se mostrarem disponíveis.
- Qualquer árbitro que não cumpra o mínimo de 1 arbitragem em prova oficial ao longo de uma época será impedido de progressão na carreira ou de participação apoiada em formações internacionais no ano seguinte.
- Ao fim de 2 anos de inactividade, salvo por comprovados motivos de força maior, será despromovido à categoria inferior.

- Após 2 anos de inactividade na categoria de árbitro de clube, perde o estatuto de árbitro oficial da FPB. Caso pretenda reactivar as suas funções, terá que reiniciar todo o processo.

NOTA: Algumas destas medidas pressupõem alterações ao Regulamento da Arbitragem da FPB.

Política Financeira e Administrativa

Manter uma gestão financeira e administrativa rigorosa e transparente, baseada num orçamento equilibrado, no qual a alocação dos recursos será determinada pelas prioridades do nosso Programa.

Este rigor implica um compromisso firme com a manutenção dos custos de organização e gestão.

Encontrar novas formas para aumento da receita, através de uma procura activa de alternativas de financiamento, nomeadamente donativos, *naming* de provas, patrocínios e *merchandising*.

Em colaboração com as Associações Regionais, desenvolver uma nova aplicação para a Base de Dados Nacional de Praticantes, com a inclusão de novas funcionalidades que permitam uma clara melhoria da gestão da actividade desportiva a nível nacional e regional.

Instalações

A realidade post-COVID, associada à necessidade de ter locais adequados para a realização das provas do calendário desportivo que assegurem todas as condições de espaço e higiene, obrigam a repensar a questão das instalações actualmente disponíveis para a prática regular de Bridge.

Esta questão é mais premente na região de Lisboa, onde a quase totalidade dos clubes não dispõem de um local próprio para a realização das suas actividades regulares, sendo que um número significativo de praticantes utiliza regularmente as instalações do CBL SA.

Num contexto de elevada incerteza, em que não há garantias de sustentabilidade quanto ao futuro da sociedade comercial CBL e do espaço por esta gerido, entende esta candidatura que

a FPB não deve ficar dependente de nenhuma entidade, e como tal procurar uma alternativa que sirva os interesses do Bridge nacional.

Cria-se assim um imperativo a cumprir neste mandato, e que mais não será que a materialização de um sonho, a que chamamos “A Casa do Bridge”.

Em termos concretos, o que é “A Casa do Bridge”?

À semelhança do que já existe para outras Federações, e noutros países, não é mais do que:

- o local onde estará a sede da FPB, os seus serviços administrativos, incluindo o armazém, onde a direcção se reúne e as AG's são realizadas;
- o local onde teremos as condições necessárias à realização das provas de selecção e das fases finais dos campeonatos nacionais;
- o local onde as selecções nacionais farão os seus treinos, práticos e teóricos;
- o local onde faremos as acções de formação próprias, e onde terceiros poderão também usar mediante contrapartidas a definir;
- caso seja essa a sua vontade, o local onde a ARBL terá também a sua sede, onde realizará as provas do seu calendário desportivo, e onde fará as suas acções de formação;
- e caso seja essa também a sua vontade, o local onde os clubes de Lisboa que não dispõem de instalações próprias (e que são a quase totalidade) poderão efetuar as suas provas regulares, em regime de aluguer a definir.

Neste sentido propomos encontrar um local, com os necessários requisitos de espaço e layout, incluindo estacionamento, situado na chamada coroa de Lisboa alargada, com duas vias possíveis:

- aluguer comercial, explorando o facto de o mercado estar a ficar mais favorável e existirem recursos que hoje são usados no aluguer de salas e no atual aluguer da sede da FPB que serão canalizados para este fim;
- apoio institucional dos concelhos da Grande Lisboa que têm tido uma postura proactiva na criação de condições para a fixação das sedes de federações desportivas (exemplo Oeiras).

Organigrama proposto



Composição da Lista candidata

PROPOSTA	
Presidente	Manuel Pedro Gomes da Silva Salgueiro
Direcção	Nuno Miguel de Almeida Teles Baltazar António Manuel Victória Lopes Frederico de Macedo Santos Maria de Fátima Dias Alves
Mesa da Assembleia Geral	Presidente: Inocêncio Pavese de Almeida Araújo Secretário: Rui Jorge Garcia Duarte Secretário: Rogério Henrique de Matos Rodrigues
Conselho de Arbitragem	Presidente: Fernando Gama Vieira Vogal: João Carlos Kruss M. Fanha Vicente Vogal: Reinaldo Manuel das Neves Timóteo
Conselho Fiscal	Presidente: Victor Espírito Santo Vogal: José Augusto Castelhana Nunes Egreja Vogal: Luís Afonso M.A. Soares de Almeida
Conselho de Disciplina	Presidente: Miguel Santos Almeida Vogal: Maria Joana Cabral Vogal: Diogo Salema da Costa Vogal: Mercedes Abreu Rocha Vogal: José António Almeida
Conselho de Justiça	Presidente: Dzhamil Oda Vogal: Tiago Fonseca Machado Vogal: Diogo Ferreira da Fonseca Pinto Vogal: Natacha Carvalho Soares Vogal: Fernando Miguel F. Santos Pereira
Conselho Técnico	Presidente: José Álvaro Delgado Chaves Rosa Vogal: João Gabriel Passarinho Franco Preto Vogal: Filipe Marques Carnall